

CNPJ: 04.073.373/0001-43

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

EXERCÍCIO: 2019

Porto Ferreira, 30 de março de 2020.





CNPJ: 04.073.373/0001-43

ASSUNTO: RELATÓRIO DAS ATIVIDADES

Temos a honra de apresentar a quem interessar possa, para apreciação, a prestação de contas do INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE PORTO FERREIRA (PORTOPREV) relativo ao exercício financeiro 2019.

Os resultados dos documentos relacionados, com suas peças analíticas complementares objetivam oferecer condições para ampla visão da situação econômico-financeira que, de modo geral, reflete toda a ação administrativa deste RPPS.

A execução orçamentária foi realizada em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, que estatui NORMAS GERAIS DE DIREITO FINANCEIRO PARA ELABORAÇÃO E CONTROLE DOS ORÇAMENTOS E BALANÇOS DA UNIÃO, DOS ESTADOS, DOS MUNICÍPIOS E DO DISTRITO FEDERAL, conforme pode ser observado nas peças contábeis que acompanham a presente prestação de contas.

Assim sendo, passamos a análise do Balanço Geral do Exercício de 2019, em seus aspectos orçamentário, financeiro, econômico e patrimonial, bem como as principais atividades do fundo no exercício em tela.







CNPJ: 04.073.373/0001-43

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

A Lei nº 03485/2018 de 20/12/2018, que aprovou o orçamento do INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE PORTO FERREIRA (PORTOPREV) para o exercício que se examina, estimou a RECEITA TOTAL em R\$ 25.000.000,00 (Vinte e cinco milhões de reais) e fixou a DESPESA TOTAL na importância de R\$ 25.000.000,00 (Vinte e cinco milhões de reais).

1. RECEITA

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A receita orçamentária efetivamente arrecadada foi da ordem de R\$ 27.853.684,66 (Vinte e sete milhões, oitocentos e cinquenta e três mil, seiscentos e oitenta e quatro reais e sessenta e seis centavos), verificou-se, pois, uma arrecadação a maior de R\$ 2.853.684,66 (Dois milhões, oitocentos e cinquenta e três mil, seiscentos e oitenta e quatro reais e sessenta e seis centavos), aqui está implantado a nova metodologia do TCE para aplicações financeiras com reconhecimento de receita orçamentária somente no momento do resgate.

2. DESPESA

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A execução orçamentária da despesa foi da ordem de R\$ 20.805.763,32 (Vinte milhões, oitocentos e cinco mil, setecentos e sessenta e três reais e trinta e dois centavos). Houve uma economia de dotação orçamentária no valor de R\$ 4.289.882,36 (Quatro milhões, duzentos e oitenta e nove mil, oitocentos e oitenta e dois reais e trinta e seis centavos).

O movimento da despesa assim se resume:

FIXADA/ADICIONAL	EXECUTADA	DIFERENÇA
R\$ 25.095.645,68	R\$ 20.805.763,32	R\$ 4.289.882,36

Em melhor explicação, assim se apresenta:





CNPJ: 04.073.373/0001-43

(=) SOMAR\$	26.430.645,68
(-) Redução para créditos adicionaisR\$	1.355.000,00
(=) Soma da Despesa AutorizadaR\$	25.095.645,68
(-) Despesa executadaR\$	20.805.763,32
(=) ECONOMIA DE DOTAÇÕESR\$	4.289.882,36

3. RESULTADO DA EXECUÇÃO

Resumindo-se a execução orçamentária, como abaixo, vamos verificar que o exercício ora examinado apresentou um superávit orçamentário da ordem de R\$ 7.047.921,34 (Sete milhões, quarenta e sete mil, novecentos e vinte um reais e trinta e quatro centavos).

ARRECADAÇÃO DA RECEITA:

Para mais (orçado)R\$	00,00
(+) Efetivamente arrecadadoR\$	2.853.684,66
(+) Economia de dotaçõesR\$	4.289.882,36
(=) SaldoR\$	7.143.567,02
(-) Créditos adicionais abertos, sem a conseqüente redução	
ou anulação de dotações orçamentáriasR\$	95.645,68
(=) SUPERÁVITR\$	7.047.921,34







CNPJ: 04.073.373/0001-43

II. BALANÇO FINANCEIRO

As Aplicações financeiras acrescidas de Caixa e Bancos, em decorrência da gestão financeira do exercício passaram a ser de R\$ 172.925.499,87 (Cento e setenta e dois milhões, novecentos e vinte e cinco mil, quatrocentos e quarenta e nove reais e oitenta e sete centavos), que se demonstra a seguir:

(+) Saldo no início do exercícioR\$	141.991.260,09
(+) Receita OrçamentáriaR\$	27.853.684,66
(+) Receita Extra-orçamentáriaR\$	3.844.505,35
(+) Outras Movimentações Anexo AR\$	112.192.383,28
(=) Soma	285.881.833,38
(-) Despesa OrçamentáriaR\$	20.805.763,32
(-) Despesa Extra-orçamentáriaR\$	3.844.505,35
(-) Outras Movimentações Anexo AR\$	88.306.064,84
(=) Saldo Disponível em 31/12/2019R\$	172.925.499,87

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS (Econômico)

O exercício encerrou-se com um passivo líquido negativo no importe de R\$ 1.320.582,72 (Hum milhão, trezentos e vinte mil, quinhentos e oitenta e dois reais e setenta e dois centavos), resultado de demonstrações do passivo, resultantes da observância, e das variações das necessidades de provisões matemáticas, contidas em avaliação atuarial, onde também podemos observar um déficit no exercício findo no valor de R\$ 593.739,56 (Quinhentos e noventa e três mil, setecentos e trinta e nove reais e cinquenta e seis centavos).

1. VARIAÇÕES ATIVAS:

RESULTANTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

(+) Receita OrçamentáriaR\$	23.004.394,80
(+) Interferências AtivasR\$	00,00
(+) Mutações PatrimoniaisR\$	10.732,00
(=) SomaR\$	23.015.126,80

K



CNPJ: 04.073.373/0001-43

INDEPENDENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		_
(+) Variações EconômicasR\$	27.284.682,64	
(+) Outras Variações Patrimoniais AumentativasR\$	58.217.425,96	
(=) Total das Variações AtivasR\$	108.517.235,40	
(+) Déficit VerificadoR\$		
(=) Total GeralR\$	108.517.235,40	
2. VARIAÇÕES PASSIVAS:		
RESULTANTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		
(+) Despesa OrçamentáriaR\$	20.775.605,16	
(+) Mutações PatrimoniaisR\$	9.878,80	
(=) SomaR\$	20.785.483,96	
INDEPENDENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		
(+) Variações Econômicas(Redução a Valor Recuperável) R\$	6.500.000,00	
(+) Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	81.825.491,00	
(=) Total das Variações PassivasR\$	109.110.974,96	
(-) Déficit VerificadoR\$	593.739,56	
(=) Total GeralR\$	108.517.235,40	







CNPJ: 04.073.373/0001-43

III. BALANÇO PATRIMONIAL

Este balanço foi elaborado em obediência às normas legais e, em especial, às estabelecidas na Lei nº 4.320/64, compreendendo ATIVO e PASSIVO. Para melhor esclarecimento dos elementos que compõem este balanço devemos examinar o anexo, que integra esta peça.

1. ATIVO

a) ATIVO FINANCEIRO

Este grupo representa os créditos e valores cuja movimentação independente de autorização orçamentária, inclusive os valores numerários.

□ DISPONÍVEL

Representa este subgrupo o montante das disponibilidades em poder da Tesouraria, ou em forma de depósitos em bancos, de livre movimentação, como também, as contas especiais, as quais para serem movimentadas obedecem a disposições legais, regulamentos ou contratos. Aqui, encontramos os saldos de:

CaixaR\$	0,00
Bancos c/ movimentoR\$	1.991,90
Contribuições curto prazoR\$	3.456,381,39
Bancos c/ aplicaçõesR\$	172.923.507,97
(-) ajuste de perdas em investimentosR\$	-6.500.000,00
Total DisponívelR\$	169.881.881,26

□ REALIZÁVEL

Representa este subgrupo, os valores financeiros em poder de terceiros e outros direitos junto a pessoal ou entidades devedoras (ANEXO 14), individualizando, encontramos os seguintes saldos:

Créditos a receberR\$	1.666.300,22
Devedores (Entidades e Agentes)R\$	13.004,46
Total RealizávelR\$	1.679.304,68

b) ATIVO PERMANENTE





CNPJ: 04.073.373/0001-43

Este grupo representa os bens, créditos e valores que, para serem movimentados ou alienados, dependem de autorização legislativa.

Neste grupo encontramos o seguinte saldo das contas concernentes, a saber:

Bens MóveisR\$	43.731,21
Bens ImóveisR\$	0,00
Bens de natureza IndustrialR\$	0,00
CréditosR\$	0,00
ValoresR\$	0,00
DiversosR\$	0,00
Total Ativo PermanenteR\$	43.731,21
Soma do Ativo Real Líquido (a+b)R\$	171.604.917,15

c) ATIVO COMPENSADO

Representa este grupo os registros de bens, valores, obrigações e situações que, mediata ou indiretamente, possam vir a afetar o patrimônio. Desdobrados as contas, encontramos os seguintes saldos:

Valores em Poder de Terceiros	R\$	0,00
Valores de Terceiros	R\$	0,00
Direitos e obrigações contratuais (com terceiros)	R\$	0,00
Diversos	R\$	0,00
Total Ativo Compensado	R\$	0,00

2. PASSIVO

a) PASSIVO FINANCEIRO

Este grupo representa os compromissos exigíveis em curto prazo de débitos de natureza financeira cuja movimentação independe de autorização orçamentária. Suas contas demonstram os seguintes saldos:

Restos a pagarR\$	0,00
DepósitosR\$	0,00
Antecipação da ReceitaR\$	0,00

A

Rua Bento José de Carvalho, 305 - Centro – Fone: (19) 3581-2220 E-mail: superintendencia@portoprev.com



CNPJ: 04.073.373/0001-43

Consignações	R\$	0,00
Credores Diversos	R\$	0,00
Total Passivo Financeiro	R\$	0,00

b) PASSIVO PERMANENTE

Representa este grupo às dívidas fundadas e outras que dependem de autorização legislativa tanto para a formação ou constituição para seu resgate.

Representa, também, a demonstração dos valores passivos das entidades autárquicas (soma do Passivo Real) da Administração indireta, incorporada ao Balanço Geral do Município por força da lei.

Dívida Fundada InternaR\$	0,00
Confissão de DívidasR\$	0,00
Provisões a Longo PrazoR\$	174.635.571,30
Soma do Passivo RealR\$	174.635.571,30

c) PASSIVO COMPENSADO

Representa este grupo os registros das contrapartidas das contas correspondentes ao ativo compensado, na importância de R\$ 0,00.

3. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

É o resultado do Balanço Patrimonial e este apresenta um passivo real e descoberto no importe de R\$ 3.030.654,15 (Três milhões, trinta mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e quinze centavos).





CNPJ: 04.073.373/0001-43

IV. APLICAÇÕES X META ATUARIAL

O INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE PORTO FERREIRA (PORTOPREV) procurou manter no exercício de 2019 uma estratégia de aplicações, visando atingir sua meta atuarial. A partir desde momento passamos a fazer uma pequena retrospectiva dos fatos que de certa forma entendemos ter contribuído para com a nossa meta atuarial no ano de 2019, em Janeiro de 2019 toma posse os novos governadores, bem como, o Presidente da República que passa por cirurgia para retirada da bolsa de colostomia e participa do fórum em Davos onde reafirma a determinação de manter a harmonia entre o desenvolvimento econômico e a preservação do meio ambiente e a biodiversidade, fazemos lembrar aqui que o povo brasileiro ainda está chocado com a tragédia de Brumadinho, em Fevereiro Congresso define Mesa Diretora para legislatura, Presidente recebe alta após retirada da bolsa de colostomia, governo revogou decreto sobre sigilo a documentos públicos, Gustavo Bebbiano é exonerado do cargo de ministro, em Março Presidente da República é recebido na Casa Branca pelo Presidente Donald Trump, Presidente viaja a Israel para defender parcerias em segurança e defesa, Brasil passa a dispensar visto de entradas para visitantes do Canada, dos Estados Unidos, do Japão e da Austrália, leilão dos 12 aeroportos arrecadou 2,377 bilhões, ex-presidente Michel Temer e ex-ministro Moreira Franco são presos em desdobramento da Operação Lava-Jato, em Abril tem-se incêndio na catedral Notre-Dame, governo faz balanço de 100 dias e Ministro cita 23 leilões realizados, Presidente sanciona a Lei do Cadastro Positivo, Presidente também faz primeira viagem oficial ao nordeste e é aprovada a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, em Junho Congresso promulga o Orçamento Impositivo, celular do ministro Moro sofre tentativa de invasão, Thereza May renuncia ao cargo depois do Parlamento rejeitar ao acordo da União Europeia, em Julho o Presidente inaugura a primeira universidade de seu governo e sanciona sem vetos Lei Geral de Proteção de Dados, marco regulatório para agrotóxicos foi publicada no Diário Oficial, o ex ministro do Exterior Boris Johnson foi eleito para assumir a liderança do Partido Conservador e por consequência torna-se novo Chefe do Governo do Reino Unido, em Agosto IBGE apresenta a estimativa da população brasileira que passa de 210 milhões, Presidente assina decreto que incentiva o servidor ao trabalho voluntário e lança projeto de





CNPJ: 04.073.373/0001-43

empreendedorismo para os jovens e temos a Operação Verde Brasil que reúne várias entidades para combater os incêndios na Amazônia, em Setembro duas refinarias da empresa saudita Aramco foram incendiadas com uso de drones, o governo brasileiro lança a carteira de trabalho digital e a carteira estudantil digital, também é sancionada a Lei de abuso de autoridade e a ampliação do porte Legal, governo descontigencia mais de 8,3 bilhões do Orçamento, manchas de óleo invadiram as praias do litoral nordestino e chegaram até o Sudeste, Presidente passa mais uma vez por cirurgia desta vez para retirada de uma hérnia, o Senado aprova o nome de Augusto Aras como novo Procurador-Geral da República, em Outubro o governo federal lança o programa Salve uma Mulher e o Senado aprova o projeto de lei da cessão onerosa, em Novembro governo faz balanço de 300 dias de gestão e lança o programa verde amarelo para incentivar a qualificação profissional, Justiça decreta a prisão do ex-presidente do Paraguai Horacio Cartes, e o Congresso Nacional promulga a Reforma da Previdência, também é realizado o maior leilão da indústria de petróleo a Rodada de Licitações dos Excedentes da Cessão Onerosa, ex-presidente Lula deixa a carceragem da Policia Federal, em Dezembro o Presidente sanciona a Lei do Pacote Anticrime, também é sancionada a Lei Geral de Informática, entra em vigor o programa Médicos pelo Brasil, a câmara americana aprova o impedimento do Presidente Donald Trump assim o processo segue para o senado Americano. Assim registramos que na opinião da Diretoria Executiva a maior contribuição para com a rentabilidade de nossa carteira no ano de 2019 foi a aprovação da Reforma da Previdência, onde mantivemos nossa cautela em aplicações e fizemos alterações em nossa carteira com toda prudência necessária. A Diretoria Executiva juntamente com o Conselho de Administração promoveu uma pequena mudança no perfil de investimentos do Instituto, voltando à aplicação para renda variável em virtude da queda do juro interno e procuramos manter as aplicações em papeis onde a volatilidade não representasse grandes perdas, em relação à meta atuarial. O retorno esperado de IPCA+6% no exercício de 2019 ficou em 10,59% (dez pontos, cinquenta e nove décimos percentuais) e nossa carteira fechou o ano com rentabilidade de 17,05% (dezessete pontos e cinco décimos percentuais), 6,46% acima da meta perseguida pelo governo federal e esperada pelo mercado.





CNPJ: 04.073.373/0001-43

Assim. Entendemos que o resultado no exercício de 2019 atende aos princípios das melhores práticas de gestão de recursos voltados a busca da qualidade de aplicações e escolhas dos fundos.

Estamos sempre prezando pela regularidade dos fundos em relação à Resolução vigente do Conselho Valores Mobiliários (CVM) n.º 3922/2010 e suas alterações, pela composição dos fundos, pela análise dos títulos que compõe os fundos dos quais fazemos parte, bem como analisando os cenários econômicos e projeções de mercado para o decorrer do exercício, objetivando as práticas mais conservadoras para a obtenção dos resultados sólidos e de qualidade com as estratégias de nossas aplicações.

Não podemos deixar de destacar que com todos os acontecimentos no exercício, o Instituto iniciou o exercício de 2019 com o valor de R\$ 141.991.260,09 entre suas aplicações e caixa bancos e encerrou o exercício com o saldo de R\$ 172.925.499,87 entre suas aplicações e caixa bancos, com um ajuste para perdas em investimentos no importe de R\$ 6.500.000,00, desta feita entendemos que houve um saldo patrimonial positivo no importe de R\$ 30.934.239,78 numa variação próxima ao percentual de 21,79%, correspondente às receitas de contribuições, parcelamentos, estes pagos em dia pelos seus patrocinadores (Prefeitura, Câmara, Agência Reguladora e Instituto) e de suas aplicações financeiras. Desta forma registramos um resultado positivo dentro do exercício findo, nesta situação mostrando-se superior a meta atuarial em 6,46%.





CNPJ: 04.073.373/0001-43

V. ATIVIDADES PRINCIPAIS

No aspecto atuarial informamos que as medidas indicadas no parecer para redução do déficit atuarial foram implementadas por este instituto, uma vez que a Câmara Municipal aprovou a Lei Complementar nº 142, de 17 de dezembro de 2014, que alterou a Lei Complementar 130 de 10 de outubro de 2012, onde os patrocinadores contribuem com a alíquota patronal suplementar conforme as alíquotas determinadas na referida Lei , que continua em vigor.

Foram ainda concedidos pelo Regime Próprio de Previdência Social, no período de 01/01/2019 a 31/12/2019, 61 aposentadorias e 07 pensões devidamente informadas eletronicamente ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo por meio do software SISCAA.

Em relação ao AUDESP estamos cumprindo todas as obrigações, temos acompanhado as publicações e todos os comunicados do TCE, realizando mensalmente o envio das conciliações bancárias, do cadastro mensal geral de entidades, do cadastro e movimento dos fundos de investimentos, dos balancetes isolados e prestado todas as informações solicitadas pelo órgão fiscalizador.

Em nossa página na internet, buscamos publicar todas as informações referentes aos balancetes, as nossas aplicações financeiras e o portal da transparência, buscamos dar transparência a todos os atos praticados e sem perder a eficiência de nossas atividades buscamos e alcançamos economia na taxa de administração, assim como buscamos o aperfeiçoamento de todos os servidores que prestam relevantes serviços no Conselho de Administração, no Conselho Fiscal e na Diretoria Executiva.

No tocante a compensação previdenciária, no exercício de 2019, tivemos a liberação por parte do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) dos valores correspondentes a 214 processos de aposentadoria e pensões analisados e concedidos, correspondendo ao pagamento por parte do RGPS ao RPPS no importe de R\$ 3.446.885,23 (Três milhões, quatrocentos e quarenta e seis mil, oitocentos e oitenta e cinco reais e vinte três

A



CNPJ: 04.073.373/0001-43

centavos), e realizamos o pagamento ao INSS do valor de R\$ 29.702,09 (Vinte e nove mil, setecentos e dois reais e nove centavos) referente à concessão por parte do Instituto de 03 aposentadorias, resultando num crédito a favor do Instituto no importe de R\$ 3.417.183,14 (Três milhões, quatrocentos e dezessete mil, cento e oitenta e três reais e quatorze centavos). O convênio está vigente e em plena operação por este RPPS, e toda compensação é realizada pela Diretoria Executiva do Instituto.

Realizamos no período de 01 de julho de 2019 a 31/07/2019 o recadastramento anual obrigatório de todos os servidores inativos e pensionistas deste RPPS. Como resultado efetivo deste recadastramento, tivemos a atualização dos dados cadastrais dos mesmos e afastamos a possibilidade de fraude, uma vez que todos os beneficiários foram encontrados.

Procuramos no presente relatório, retratar os principais aspectos da gestão do exercício ora encerrado com clareza e objetividade, pondo-se a disposição dos interessados para quaisquer outros esclarecimentos que se fizerem necessários.

Apresentamos a Vossa Excelência os protestos de nosso

respeito e consideração.

ULISSES ZINNI VICENTINE

SUPERINTENDENTE